

Desafios estruturais da educação inclusiva no Haiti: limites e possibilidades das políticas públicas.

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (Abril, 2025). *Desafios estruturais da educação inclusiva no Haiti: limites e possibilidades das políticas públicas. I Congresso Internacional de Educação Inclusiva (I CONEI). Editora Scienceduc, Natal.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/8>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/D3v>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

DESAFIOS ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO HAITI: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

DOI: 10.5281/zenodo.15373543

Maxo St Victor¹

Doutorando de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de de Ponta Grossa
240302100000@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2872105903344770>

Vera Lucia Martiniak²

Professora de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de de Ponta Grossa
vlmartiniak@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2586663143728140>

AT01: Educação Inclusiva e Políticas Públicas.

RESUMO: Promover o acesso igualitário à educação, respeitando a diversidade humana, representa um dos maiores compromissos éticos de qualquer sociedade que busca justiça e equidade. No contexto haitiano, marcado por profundas desigualdades sociais, crises políticas e fragilidades institucionais, garantir esse direito revela-se um desafio complexo. Este estudo analisa os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas voltadas à educação inclusiva no Haiti, considerando suas limitações estruturais, históricas e sociais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de leis nacionais, planos governamentais e relatórios de organizações internacionais atuantes no país. Ela evidencia que, embora existam esforços normativos e discursos alinhados aos compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), há uma lacuna significativa entre a formulação e a efetivação das políticas. Barreiras como infraestrutura precária, ausência de formação docente específica, centralização de recursos e a exclusão de grupos vulnerabilizados — como crianças com deficiência, populações rurais e comunidades indígenas — comprometem a efetividade das ações inclusivas. A análise também aponta para a necessidade de repensar os modelos de financiamento, garantir maior participação comunitária e promover políticas intersetoriais mais coesas. Conclui-se que o avanço da educação inclusiva no Haiti requer não apenas vontade política, mas um compromisso efetivo com a transformação social, pautado no respeito à diversidade e na valorização da educação como base para a dignidade humana e a reconstrução do país.

Palavras-chave: Exclusão social; Haiti; Inclusão educacional; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, enquanto direito humano fundamental e princípio orientador de políticas educacionais globais, vem sendo gradualmente incorporada aos discursos e programas oficiais de diversos países, inclusive o Haiti. No entanto, no contexto haitiano, marcado por instabilidade política, fragilidade institucional e profundas desigualdades sociais, a efetivação desse direito ainda enfrenta sérios entraves.

A exclusão histórica de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, populações

rurais, comunidades indígenas e crianças em situação de pobreza extrema, compromete a construção de um sistema educacional equitativo e acessível a todos. A presente pesquisa busca compreender até que ponto o Estado haitiano tem conseguido construir políticas públicas capazes de promover uma educação inclusiva real e efetiva, considerando os marcos legais existentes e as ações concretas desenvolvidas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de leis nacionais, planos governamentais e relatórios institucionais produzidos entre os anos de 2015 e 2024. O referencial teórico fundamenta-se em Paulo Freire (1996), com sua concepção de educação libertadora e dialógica; em Boaventura de Sousa Santos (2019), ao discutir as epistemologias do Sul e a valorização de saberes produzidos em contextos historicamente marginalizados; além de autores haitianos contemporâneos que analisam criticamente as políticas educacionais no país.

A hipótese que orienta esta investigação é que as políticas públicas de educação no Haiti, embora formalmente comprometidas com a inclusão, não conseguem garantir sua efetividade plena devido às limitações estruturais, baixa capacidade institucional e exclusões sociais persistentes.

Compreender os limites e potencialidades das políticas públicas haitianas voltadas à educação inclusiva é fundamental para propor estratégias mais eficazes e ajustadas à realidade local. A análise proposta torna-se ainda mais relevante diante da urgência de consolidar modelos educacionais mais justos, capazes de contribuir para o fortalecimento democrático e a reconstrução social no Haiti.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: as políticas públicas de educação no Haiti conseguem promover uma inclusão educacional real e efetiva? O objetivo deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas voltadas à educação inclusiva no Haiti.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A opção por esse tipo de estudo justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti, especialmente no que diz respeito aos desafios enfrentados em contextos de instabilidade institucional, desigualdade social e fragilidade administrativa.

A investigação foi realizada com base em fontes secundárias, sem a participação de

sujeitos humanos, o que dispensa a aplicação de instrumentos como entrevistas ou questionários. O lócus da pesquisa compreende o contexto educacional haitiano, mais especificamente as ações promovidas pelo Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP), no período de 2015 a 2024.

Este recorte temporal foi definido com o objetivo de acompanhar os impactos recentes das crises sociais, políticas e econômicas na formulação de políticas públicas educacionais voltadas à inclusão. O principal procedimento metodológico adotado foi a análise documental, aplicada sobre um conjunto de documentos normativos, planos estratégicos, relatórios de implementação e monitoramento de políticas educacionais.

Os documentos analisados foram coletados por meio de acesso a repositórios oficiais do governo haitiano, bases de dados de organismos internacionais, e bibliotecas acadêmicas. Foram priorizadas fontes publicadas por instituições como o Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (Haïti, 2017), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022), que apresentam avaliações técnicas e recomendações voltadas à promoção da equidade educacional.

Além da análise documental, foi realizada uma revisão bibliográfica de literatura recente (2015–2024), com o objetivo de identificar contribuições teóricas e empíricas sobre educação inclusiva em países periféricos, particularmente em contextos marcados por exclusão histórica. A revisão incluiu autores haitianos e latino-americanos, com ênfase nas produções que abordam justiça social, epistemologias críticas e políticas de inclusão.

A interpretação dos dados partiu de uma perspectiva crítica, fundamentada nos aportes teóricos de Paulo Freire (1996), Boaventura de Sousa Santos (2019) e pesquisadores haitianos que discutem a relação entre desigualdade, exclusão e políticas educacionais no país (Pierre-Louis, 2021; Guerrier; Rosario, 2025).

Essa abordagem permitiu analisar como os documentos oficiais refletem ou ignoram as necessidades reais de inclusão educacional de populações historicamente marginalizadas, como crianças com deficiência, estudantes em situação de pobreza extrema e comunidades rurais isoladas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos oficiais e da literatura recente revela que, embora o Haiti tenha firmado compromissos formais com a educação inclusiva, os avanços concretos

permanecem limitados e desiguais. As políticas públicas formuladas ao longo da última década, como os planos estratégicos do Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP)¹, indicam a intenção de promover o acesso universal à educação, mas enfrentam entraves estruturais que comprometem sua efetividade (Haïti, 2020).

Um dos principais achados diz respeito à centralização das ações educacionais, que desconsidera as diversidades regionais, linguísticas e culturais do país. As comunidades rurais, onde há maior vulnerabilidade, continuam excluídas de programas de inclusão, especialmente no que diz respeito à infraestrutura escolar e à formação de professores.

Essa realidade reflete a permanência de um modelo de gestão educacional que privilegia áreas urbanas e não reconhece plenamente as especificidades dos territórios periféricos (Pierre-Louis, 2021). Outro dado significativo é a ausência de mecanismos efetivos de monitoramento e avaliação das políticas inclusivas. Muitos programas são implementados de maneira fragmentada, com baixa articulação interinstitucional, o que dificulta a mensuração de seus impactos reais na redução das desigualdades educacionais.

Como aponta Guerrier e Rosario (2025), a fragilidade administrativa do Estado haitiano limita a capacidade de executar políticas públicas de forma contínua e adaptada às necessidades locais. No que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência, os dados indicam uma lacuna grave. Apesar da legislação prever acesso igualitário, faltam recursos didáticos acessíveis, adaptações curriculares e capacitação docente.

Organismos internacionais como a UNESCO (2020) e o UNICEF (2022) alertam para o risco de aprofundamento das exclusões se não forem adotadas medidas urgentes para garantir a permanência e o aprendizado desses estudantes. A revisão bibliográfica evidenciou também uma ausência de diálogo entre os formuladores de políticas e os saberes comunitários. Conforme argumenta Santos (2019), a desconsideração das epistemologias locais contribui para o fracasso de políticas importadas e tecnocráticas, que não dialogam com as realidades vividas.

No caso haitiano, essa crítica é particularmente relevante, pois muitos programas educativos seguem modelos estrangeiros, sem levar em conta os conhecimentos tradicionais nem as línguas nacionais, como o crioulo haitiano, elemento essencial para a inclusão (Jean-Pierre, 2020).

Por fim, constatou-se que a participação da sociedade civil, embora crescente em algumas regiões, ainda é limitada. Movimentos sociais e organizações comunitárias têm

¹ Ministério da educação nacional e da formação profissional (MENFP).

desempenhado papel relevante na luta por uma educação mais justa, mas carecem de apoio institucional e financiamento adequado. A ausência de canais permanentes de escuta e deliberação com essas entidades fragiliza a construção de políticas de base democrática e inclusiva (Joseph; Dorismond, 2023).

De modo geral, os resultados indicam que, apesar dos esforços institucionais e do apoio internacional, a inclusão educacional no Haiti permanece como um desafio estrutural, diretamente relacionado à fragilidade do Estado, à exclusão histórica de grupos vulneráveis e à reprodução de lógicas coloniais no sistema educacional.

Com base nos resultados obtidos, fica evidente que as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti enfrentam desafios profundos, que vão desde a gestão centralizada até a falta de recursos e de capacitação adequada dos profissionais de educação.

Esses obstáculos, embora reconhecidos por vários atores envolvidos, ainda não foram efetivamente superados, o que compromete o acesso e a permanência de grupos vulneráveis nas escolas. A partir dessas constatações, é possível refletir sobre as limitações do modelo atual e os caminhos necessários para transformar a realidade educacional do país, o que será abordado nas considerações finais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que as políticas públicas de educação no Haiti ainda não conseguem promover uma inclusão educacional real e efetiva. Apesar da existência de propostas formais que expressam a intenção de garantir o acesso à educação para todos, na prática, persistem barreiras estruturais e institucionais que comprometem a efetividade dessas ações.

As fragilidades na gestão pública, a centralização das decisões, a ausência de mecanismos eficazes de acompanhamento e a falta de articulação entre o Estado e as comunidades contribuem para a manutenção da exclusão educacional, sobretudo entre os grupos historicamente vulnerabilizados.

Além disso, a falta de adaptação curricular, infraestrutura acessível e formação específica dos profissionais de educação revela a distância entre as normas e a realidade vivida por muitos estudantes. A contribuição principal deste estudo é a sistematização crítica dos desafios enfrentados pela política educacional haitiana no campo da inclusão.

Ao identificar os principais obstáculos e lacunas, o trabalho oferece subsídios para o aprimoramento das ações estatais em direção a uma educação mais equitativa. Reconhece-se,

no entanto, que esta pesquisa possui limitações, especialmente por basear-se exclusivamente em fontes documentais e bibliográficas.

Assim, há necessidade de novos estudos que incluam investigações empíricas em campo, com a participação de atores diretamente envolvidos nas práticas educativas, a fim de aprofundar a compreensão sobre a eficácia e os impactos das políticas inclusivas em diferentes regiões do país.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRIER, M.; ROSARIO, J.-P. **Crises, éducation et développement en Haïti: une lecture critique des politiques éducatives**. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2025.

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. **Plan opérationnel triennal 2018–2020**. Port-au-Prince: MENFP, 2017.

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. **Plan opérationnel triennal 2018–2020**. Port-au-Prince: MENFP, 2020.

JEAN-PIERRE, G. Language, power, and resistance in Haitian education: the case for Creole and the right to inclusion. **Journal of Haitian Studies**, v. 26, n. 1, p. 90-108, 2020.

JOSEPH, M.; DORISMOND, Y. **Participation citoyenne et gouvernance éducative en Haïti**. Port-au-Prince: Éditions Dialogue Social, 2023.

PIERRE-LOUIS, M. **Éducation et société en Haïti: inégalités et réformes**. Paris: Karthala, 2021.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: inclusão e educação – todos, sem exceção**. Paris: UNESCO Publishing, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNICEF. **Educação inclusiva em contextos de crise: análise de políticas públicas no Haiti – 2022**. Nova Iorque: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.